

Comunicação Comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social*

Rozinaldo Antonio Miani**

Resumo

A disciplina Comunicação Comunitária ofertada para as habilitações de Jornalismo e de Relações Públicas do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR) tem representado para os estudantes de graduação na área um dos mais importantes espaços de formação sociopolítica, bem como a possibilidade de produção de uma experiência de intervenção social. Este artigo tem como objetivo analisar a experiência de oferta da referida disciplina, considerando a necessidade da ampliação de espaços de reflexão e de discussão política a respeito do papel da Universidade e sobre o compromisso do profissional com a sociedade, a partir de algumas reflexões baseadas em Paulo Freire e Antonio Gramsci. Por meio de uma breve análise do conteúdo programático da disciplina e do relato de algumas experiências, com a realização de projetos de intervenção social desenvolvidos no contexto da disciplina, observa-se uma qualificação política no processo de formação acadêmica, na perspectiva de constituição de um sujeito social crítico e emancipado.

Palavras chave: Comunicação comunitária. Universidade Estadual de Londrina. Formação sociopolítica. Compromisso social. Intervenção social.

Community Communication: discipline training sociopolitical and social intervention

Abstract

The discipline Community Communication offered to the qualifications of Journalism and Public Relations course in Social Communication from the State

* Versão revisada de texto apresentado no Grupo de Pesquisa “Comunicação para a Cidadania” do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Caxias do Sul de 3 a 6 de setembro de 2010.

** Professor doutor do Programa de Mestrado em Comunicação, Departamento de Comunicação, Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina – PR, Brasil.

E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

University of Londrina (UEL/PR) has represented to graduate students in the area one of the most important areas of sociopolitical formation, as well the possibility of producing a social experience intervention. This article aims to analyze the experience of supply of such discipline, considering the need of increasing spaces for reflection and political discussion about the role of the university and on the professional's commitment to society, from some reflections based on Paulo Freire and Antonio Gramsci. Through a brief analysis of the syllabus of the subject and the reporting of some experiences, with the realization of social intervention projects developed in the context of the discipline, there is a political qualification of the academic learning process, in view of the constitution of a subject social critic and emancipated.

Keywords: Community Communication. State University of Londrina. Sociopolitical training. Social commitment. Social intervention.

Comunicação Comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica y intervención social

Resumen

La disciplina Comunicación Comunitaria que se ofrece a las calificaciones de Periodismo y Relaciones Públicas del curso de Comunicación Social de la Universidad Estatal de Londrina (UEL/PR) ha representado a los estudiantes graduados en el área una de las zonas más importantes de la formación sociopolítica, así como la posibilidad de producir una experiencia de intervención social. Este artículo tiene como objetivo analizar la experiencia de suministro de tal disciplina, teniendo en cuenta la necesidad de aumentar los espacios para la reflexión y el debate político sobre el papel de la universidad y en el compromiso del profesional con la sociedad, a partir de algunas reflexiones basadas en Paulo Freire y Antonio Gramsci. A través de un breve análisis del programa de la materia y el relato de algunas experiencias, con la realización de proyectos de intervención social desarrollados en el contexto de la disciplina, observamos una calificación política del proceso de aprendizaje académico, en la perspectiva de constitución de un sujeto social crítico y emancipado.

Palabras clave: Comunicación Comunitaria. Universidad Estatal de Londrina. Formación sociopolítica. Compromiso social. Intervención social.

Introdução

A disciplina Comunicação Comunitária compõe o currículo de alguns cursos de Comunicação Social no Brasil. Em determinados casos, a matéria aparece como disciplina

curricular regular e, em outros, como oferta optativa¹. Na Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), com a reformulação ocorrida em 1992, a disciplina passou a compor o currículo obrigatório das habilitações de Jornalismo e de Relações Públicas, ocupando o lugar da então disciplina Comunicação Rural (MIANI; DELIBERADOR, 2002).

Durante alguns anos, após sua implementação, a disciplina sofreu com a falta de uma proposta político-pedagógica efetiva. No final da década de 1990, a chegada de professores com perfil identificado para o trabalho com a temática possibilitou a construção de um projeto efetivo de condução da disciplina.

Algumas tentativas de definição de conteúdos, de um programa e, mais importante do que tudo isso, de uma concepção teórico-metodológica, se seguiram até que a disciplina Comunicação Comunitária encontrasse o seu espaço no contexto da formação acadêmica dos alunos de graduação em Comunicação Social.

A sua natureza de disciplina teórico-prática possibilitou a constituição de um programa pedagógico que assumiu como objetivo a construção de uma perspectiva crítica para os estudos da comunicação e de produção de uma experiência de intervenção social que pudesse potencializar aos estudantes a oportunidade de vivenciar uma prática comunicativa de natureza não convencional e baseada em pressupostos contra-hegemônicos.

Toda a fundamentação teórico-metodológica de concepção e desenvolvimento da referida disciplina tem como base uma determinada concepção de Universidade que rompe com a lógica estritamente mercantil (RODRIGUES, 2007) e profissionalizante que impera no ensino superior². Reconhecemos que a Universidade deve, sim, ser concebida como espaço de formação profissional, mas, antes disso, deve ter o compromisso da formação humana e sociopolítica do indivíduo.

¹ O levantamento preciso dessa realidade se apresenta como uma necessidade premente que, em outra oportunidade, pretendemos assumir como nossa tarefa.

² A esse respeito, dentre vários autores que tematizam a questão, vale destacar as análises e as críticas apresentadas por Marilena Chauí em relação à “universidade funcional” e mesmo à “universidade operacional”. CHAUI, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

A partir dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar a experiência de oferta da disciplina Comunicação Comunitária³ – marcada por um processo de formação sociopolítica e de intervenção social –, no contexto das habilitações de Jornalismo e de Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina, considerando a necessidade da ampliação de espaços de reflexão e de discussão política sobre o compromisso do profissional com a sociedade.

Para tanto, faremos uma breve reflexão acerca do papel da Universidade no processo de formação sociopolítica do estudante, a partir de algumas reflexões baseadas em Paulo Freire (1989) e Antonio Gramsci (1979), para, posteriormente, apresentar as bases programáticas da disciplina Comunicação Comunitária, comentando algumas experiências de intervenção social desenvolvidas ao longo dos vários anos de oferta da referida disciplina.

A Comunicação Comunitária e o compromisso da Universidade com a formação do intelectual

Não é prerrogativa exclusiva da disciplina Comunicação Comunitária proporcionar aos estudantes de Jornalismo e de Relações Públicas uma reflexão crítica e emancipadora em relação ao campo da Comunicação, muito menos em relação à compreensão política da sociedade.

Porém, o que se observa, é que a perspectiva hegemônica nos processos de formação acadêmica brasileira conduz à universalização da concepção de Universidade como formadora de mão de obra especializada, com vistas à inserção subordinada do respectivo

³ Não iremos apresentar neste artigo a problematização em torno dos conceitos de Comunicação Comunitária que, a nosso ver, são permeados por inúmeros limites, imprecisões e mesmo equívocos. De nossa parte, defendemos o conceito de Comunicação Popular e Comunitária e o uso do termo Comunicação Comunitária neste texto se justifica apenas por se tratar do nome da disciplina que ocupa o espaço curricular na UEL da discussão de uma perspectiva contra-hegemônica no campo da Comunicação. Inclusive, no caso do curso de Relações Públicas da UEL, o nome da disciplina já foi alterado para Comunicação Popular e Comunitária desde o ano de 2011 e, no curso de Jornalismo, a mudança de nome da disciplina está prevista para acontecer na próxima reformulação curricular.

profissional aos interesses do mercado. Nesse sentido, o que se constata é que tal formação está fundamentalmente direcionada para uma perspectiva profissionalizante, reforçando o caráter de uma “universidade funcional” (CHAUI, 2001).

Sendo assim, consideramos que as possibilidades de romper com essa “funcionalidade” da Universidade para com os interesses da lógica do capitalismo reinante passam pela sensibilidade e compromisso social e político dos próprios educadores e pela potencialidade dos seus espaços de atuação acadêmica junto aos estudantes, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão.

No caso do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina, destacamos a contribuição, no âmbito do ensino, da disciplina Comunicação Comunitária como um dos espaços privilegiados de tensionamento das concepções e valores sociais e políticos voltados para a perspectiva de uma formação crítica e emancipadora do sujeito social.

Antes de partirmos para a análise do “conteúdo” específico da disciplina, e dos seus respectivos desdobramentos, ressaltamos que o compromisso assumido no contexto da disciplina é, antes de tudo, com a formação sociopolítica do estudante. A apropriação dos conhecimentos produzidos visa proporcionar uma qualificação na compreensão da dialética da sociedade e que, se porventura, tais conhecimentos se apresentarem pragmaticamente compatíveis com os desígnios da atuação profissional, tanto melhor.

Não estamos aqui afirmando que a formação profissional não deva ser considerada nem deva ser tomada como objetivo fundamental do processo de formação acadêmico-universitária. Ao contrário, reconhecemos que a Universidade deve cumprir essa tarefa com competência. No entanto, pensamos que a Universidade, antes disso, deve assumir como sua principal tarefa contribuir decisivamente para uma formação humana crítica e politicamente comprometida com a humanização, baseada na valorização da criatividade e da autonomia do educando.

A base teórico-metodológica desta concepção está fundamentada em Paulo Freire (1989), quando o autor afirma que o ser humano é um ser de compromisso e que a sua condição profissional

é, tão somente, um atributivo. Para Paulo Freire, o compromisso é, em si, a própria essência do ser humano e, para tanto, “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (FREIRE, 1989, p.16).

Assumindo essa concepção, reconhecemos que a Universidade deve assumir a tarefa de explicitar ao próprio indivíduo a sua condição de “ser de compromisso” e que, sendo assim, ele precisa ser capaz de saber-se no mundo e compreendê-lo para assumir o compromisso inexorável da “humanização”.

A respeito da condição profissional do ser humano comprometido, Paulo Freire (1979) reconhece que não necessariamente as prerrogativas do exercício profissional se compatibilizam com a condição do seu “compromisso verdadeiro com o mundo e com os homens”. A esse respeito, assevera Freire:

Seu compromisso como profissional, sem dúvida, pode dicotomizar-se de seu compromisso original de homem. O compromisso, como um quefazer radical e totalizado, repele as racionalizações. Não posso nas 2^{as} feiras assumir compromisso como homem, para nas 3^{as} feiras assumi-lo como profissional. Uma vez que “profissional” é atributo de homem, não posso, quando exerço um quefazer atributivo, negar o sentido profundo do quefazer substantivo e original. Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolorosa de valores, mais aos meios que ao fim dos homens. Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras (FREIRE, 1989, p.20).

Essa “lição ontológica” a respeito da natureza do ser humano, passível de compromisso, se apresenta como o ponto de partida para todas e quaisquer discussões subsequentes na proposta político-pedagógica da disciplina Comunicação Comunitária.

Não que fosse necessário – pela força filosófica que atribuímos a essa concepção ontológica de Freire –, mas ainda há outro reforço a fazer em termos de compreensão do papel político assumido pelo indivíduo no contexto de uma sociedade de

classes e que é potencializado pela Universidade. Trata-se da reflexão a respeito da condição de intelectual, que é própria dos indivíduos, e que é uma questão que desenvolvemos contínua e reflexivamente durante a realização da disciplina Comunicação Comunitária. Ou seja, conforme a concepção aqui defendida, sendo a Universidade, por meio do seu compromisso de produção e difusão do conhecimento, um espaço privilegiado de fomento e constituição do sujeito crítico e comprometido, faz-se necessário (e assim tensionamos os estudantes ao longo da realização da disciplina) um esclarecimento sobre a condição de intelectual que cada indivíduo assume no seio da sociedade.

Na lógica de uma sociedade que se pretende funcionalista e pragmática⁴, a Universidade participa de maneira importante no processo de “formação do intelectual”, afinal, é de responsabilidade da Universidade proporcionar ao indivíduo o acesso ao conhecimento universal produzido e também oferecer condições para a construção de “novos conhecimentos”.

Para Antonio Gramsci (1979), o processo de formação e de constituição do intelectual não é, necessariamente, prerrogativa de uma instituição específica. Para o referido autor, na prática, todo homem participa de uma forma ou de outra das modificações do mundo real e da criação de novos modos de vida, de implantação de novas crenças, e participa ativamente das atividades políticas de sua comunidade por intermédio de seu intelecto que conduz suas ações visíveis; essa capacidade que todo homem tem de pensar e se pensar e, a partir disso, agir e modificar o meio o qualifica, segundo Gramsci, como um intelectual. Gramsci (1979, p.7-8) ainda argumenta:

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na

⁴ Nós concebemos a sociedade como uma sociedade de classes, mas os “ideólogos burgueses de plantão” vendem a ideia do “pensamento único” e defendem que a sociedade é um todo orgânica que busca equilibrar as mais diversas funções, procurando conter as possíveis “disfunções”, na perspectiva de sua permanente retroalimentação.

realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular nervoso não é sempre igual: por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

Mais especificamente, Gramsci reconhece que todo ser humano, independente da atividade profissional que exerce, utiliza o seu intelecto para agir, criar e produzir, mesmo quando este trabalho seja essencialmente braçal. Afirma ainda o autor que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 1979, p.7). Sob essa perspectiva, da qual corroboramos, todo ser humano é um intelectual e não apenas aquele que se “especializa”.

No entanto, o próprio Gramsci (1979) admite que, apesar de todo ser humano ser um intelectual, nem todos exercem a função de intelectual na sociedade. Nesse sentido, o pensador italiano preocupava-se com o processo de formação de intelectuais comprometidos com a transformação da sociedade, para que não fossem meros intelectuais a reforçar a classe dominante capitalista; para tanto, desenvolveu o conceito de intelectual orgânico⁵ em detrimento do chamado intelectual tradicional.

⁵ Pode ser denominado intelectual orgânico o grupo social que, dentro de suas próprias fileiras, produz intelectuais organizadores e dirigentes da sociedade, fundamentais na busca por uma nova ordem vigente para a sociedade a partir de uma classe social.

Para Gramsci (1979), a formação do sujeito é tida como uma função estratégica da política, como parte da implementação do projeto de uma classe na expectativa de se fazer hegemônica, tendo como perspectiva criar formas mais avançadas de civilidade. Nesse processo de formação, “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1979, p.9).

A partir dessa compreensão, consideramos que a formação do indivíduo para o exercício da função intelectual, no contexto da Universidade, está em disputa e compete ao professor/educador o compromisso de tensionar esse processo de formação sociopolítica para uma perspectiva mais crítica e voltada para a emancipação do sujeito social.

A formação sociopolítica por meio da disciplina Comunicação Comunitária

Além de se pautar (e refletir com os estudantes) pelos pressupostos político-filosóficos e pela concepção metodológica dialética apresentados, a disciplina Comunicação Comunitária apresenta uma proposta programática de conteúdos que estabelece o aprofundamento de um conjunto de temáticas e conceitos que favorece uma reflexão mais abrangente a respeito do campo da Comunicação e da própria sociedade, numa perspectiva de formação sociopolítica.

Discussões a respeito dos conceitos de comunidade, participação, poder, exclusão, cidadania, terceiro setor, movimentos sociais, voluntariado, responsabilidade social (conceitos que estão na origem da constituição e/ou dos equívocos de algumas concepções de Comunicação Comunitária), submetidos a uma determinada compreensão de filosofia da linguagem derivada dos estudos de Mikhail Bakhtin (1997), subsidiam o debate em torno da compreensão da Comunicação Comunitária (e aqui precisamos reafirmar a nossa reivindicação em torno da expressão Comunicação Popular e Comunitária), de modo geral, e de jornalismo e relações públicas comunitárias, de modo particular.

A discussão teórica prevista nos conteúdos da disciplina se inicia com uma problematização a respeito do conceito de “comunidade”, partindo dos estudos de Raquel Paiva (1998; 2008). O encaminhamento dos debates é realizado com a perspectiva de apresentar uma nova proposição conceitual, num processo de disputa de sentido do termo “comunidade”, que é assumido como “um espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros, num processo que poderíamos chamar de ‘desalienação’, fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo” (MIANI, 2011, p.227). Essa compreensão teórica a respeito do conceito de comunidade é aplicada diretamente na reconfiguração da concepção e práticas da Comunicação Comunitária.

Outra temática fundamental prevista no programa da disciplina é o conceito de participação. Para tanto, assumimos plenamente as contribuições apresentadas por Cícilia Peruzzo (1998) e por Pedro Demo (1996). Consideramos que “a busca permanente por uma participação que se estabeleça como exercício do poder de forma democrática ou partilhada é condição indispensável para a constituição e consolidação de uma comunidade” (MIANI, 2011, p.228).

Na sequência dos debates da disciplina, são conduzidas análises críticas dos conceitos de exclusão e de cidadania. A respeito desse último tema, tomamos como pressuposto a polissemia do conceito e apresentamos a perspectiva de alguns autores de referência, como José Murilo de Carvalho (2001) e Maria Victória Benevides (1991). Para potencializar uma maior criticidade e politização nos debates, a discussão é conduzida no sentido de compreender o discurso da cidadania no contexto sociopolítico e ideológico mais amplo, balizada pela afirmação de Ivo Tonet de que “a cidadania moderna é inseparável da entificação da sociabilidade capitalista” (TONET, 2012, p.3).

Por fim, merece destaque as discussões realizadas em torno do conceito de Terceiro Setor e de seus desdobramentos. Com base nas críticas apresentadas por Carlos Montaña (2002), pondera-se que o Terceiro Setor seja o ambiente sociopolítico mais apropriado para a produção de experiências em Comunicação Comunitária,

pois, além do reconhecimento de sua condição de funcionalidade à lógica neoliberal, seus defensores tentam convencer a sociedade de que as ações sociais desenvolvidas em suas organizações constitutivas (em especial as ONGs) devem ser realizadas, preferencialmente, numa perspectiva de voluntariado, o que favorece ou intensifica a precariedade das relações sociais e políticas, inclusive profissionais, dos agentes envolvidos nas diversas práticas sociais desenvolvidas por tais organizações.

Enfim, essas e outras temáticas que compõem o programa da disciplina Comunicação Comunitária são debatidas com a perspectiva de oferecer criticidade aos estudantes para que estes compreendam a complexidade das questões sociais contemporâneas que envolvem o campo da Comunicação, e neste a Comunicação Comunitária, e que possam estabelecer critérios para uma leitura de mundo mais qualificada, com base em valores de humanização.

A experiência de intervenção social como processo formativo

Concomitantemente à discussão dos conceitos básicos para a compreensão e problematização das concepções de Comunicação Comunitária, a disciplina em questão oferece aos estudantes a possibilidade de vivenciarem uma experiência prática que se apresenta como mais um momento no processo de formação sociopolítica.

Depois de algumas aulas dedicadas à reflexão filosófico-metodológica, seguidas de outras tantas aulas de aprofundamentos conceituais, a dinâmica da disciplina conduz à organização interna dos estudantes em grupos com vistas à definição de projetos de intervenção social a partir dos pressupostos da Comunicação Comunitária.

Da mesma forma como aconteceu com o processo histórico de construção efetiva do programa e dos conteúdos da disciplina, a definição de uma lógica para a concretização da dinâmica do momento empírico-prático da referida atividade acadêmica também passou por algumas experimentações até que se atingisse a sua maturidade.

No início, e durante vários anos, a condução do processo de realização dos projetos práticos em Comunicação Comunitária

estava fundamentada na livre escolha de temas e de grupos sociais, por parte dos estudantes. Esse “espontaneísmo” se justificava porque, supostamente, se apresentava inviável a determinação prévia de projetos a serem desenvolvidos, pois implicaria um acompanhamento necessário do professor em cada um dos ambientes em que se realizariam as experiências. Isso significaria acompanhar, concomitantemente, entre 12 e 15 projetos distintos.

Durante esse período, dezenas de trabalhos foram realizados, alguns com grande destaque e outros com limitações e problemas de execução que chegaram a inviabilizar a realização plena de vários deles.

Dessas experiências bem sucedidas e marcantes, destacamos a realização de um projeto que foi realizado junto à Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (Alia), que resultou na produção de um conjunto de vinhetas radiofônicas que teve circulação, no ano de 2001, em diversas emissoras de rádio em toda a cidade, por ocasião do Dia Internacional de Luta contra a Aids, comemorado no dia 1º de dezembro. As vinhetas participaram da programação de pelo menos sete emissoras de rádio local e permaneceram no ar, em algumas delas, por mais de uma semana. Hoje, o material compõe o patrimônio cultural da referida associação.

O sucesso de algumas experiências fazia com que ainda se acreditasse que a melhor maneira de conduzir aquele processo fosse mesmo a livre escolha e iniciativa dos estudantes. Porém, à medida que os anos iam se passando, os problemas foram se acentuando e uma mudança efetiva de condução se fazia necessária.

Nesse momento, temos que diferenciar os processos de encaminhamento de realização dos projetos práticos em Comunicação Comunitária para as turmas de Relações Públicas e de Jornalismo.

Em Relações Públicas, o encaminhamento seguiu uma perspectiva de integração entre disciplinas do curso. Uma parceria entre a disciplina Comunicação Comunitária e as disciplinas Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação e Técnica de Comunicação Dirigida Aproximativa e Oral (Eventos) se estabeleceu e passou a ser a dinâmica predominante para a realização dos projetos de intervenção social em Comunicação Comunitária.

Na disciplina de pesquisa, os estudantes tinham a tarefa de elaborar e de aplicar uma pesquisa de opinião sobre um assunto de interesse de um determinado grupo social. Em comum acordo entre os professores, ficou definido que os grupos de estudantes deveriam desenvolver pesquisas com temáticas de abrangência social, necessariamente vinculadas a um determinado grupo social ou comunitário e que, mediante a constatação de um problema ou dificuldade verificados pelo resultado da pesquisa, iriam desenvolver, na disciplina Comunicação Comunitária, um projeto comunicativo de intervenção na perspectiva de solução ou minimização do problema identificado. Se a proposição da ação fosse a realização de algum evento, então também seria estabelecida uma parceria com a disciplina de organização de eventos.

Dentre as várias experiências realizadas, como parte dessa dinâmica, destacamos a realização, no ano de 2010, de um projeto de jornal mural com o tema “Copa do Mundo”, desenvolvido com os internos do Centro de Socioeducação de Londrina (Cense I) e que potencializou o envolvimento criativo de adolescentes que cometeram atos infracionais em uma produção comunicativa como uma atividade de ressocialização educativa. Os estudantes vinculados à disciplina Comunicação Comunitária realizaram algumas oficinas preparatórias com um grupo selecionado de adolescentes da instituição e acompanharam todo o processo de definição e montagem do jornal mural. O resultado do trabalho foi tão significativo que os educadores sociais e pedagogos do Cense I decidiram dar continuidade ao projeto com os mesmos participantes, inclusive, com a perspectiva de envolver outros adolescentes no processo, e contariam com o acompanhamento e apoio dos referidos estudantes como um compromisso social assumido, sem que necessariamente estivessem vinculados a qualquer atividade acadêmica regular.

Como citado anteriormente, a partir de 2011 a disciplina Comunicação Comunitária para o curso de Relações Públicas passou a ser chamada de Comunicação Popular e Comunitária. Na nova configuração da disciplina, ela deixou de ter uma carga horária para desenvolvimento de atividade prática. Porém, no mesmo currículo, foi criada a disciplina Relações Públicas Comunitárias, Direitos Hu-

manos e Terceiro Setor, como atividade essencialmente prática. Em negociação com os docentes responsáveis pela referida disciplina, foi estabelecida uma parceria que previa a realização de projetos de intervenção social em relações públicas comunitárias contemplando os pressupostos da Comunicação Comunitária para a sua realização.

Em relação às turmas de Jornalismo, o processo se estabeleceu de outra maneira. O espontaneísmo deu lugar a um processo mais articulado e orgânico de construção de projetos de intervenção social, principalmente em razão de uma definição prévia de temas, produtos e/ou práticas comunicativas e grupos sociais a serem acompanhados.

Para evitar que os grupos de estudantes criassem uma expectativa junto a um determinado grupo social e depois produzissem frustração pela falta de continuidade, estabelecemos previamente a definição dos projetos e encaminhamos os grupos de alunos para a realização das atividades, seguindo os pressupostos da Comunicação Comunitária.

Os projetos não têm um tempo pré-determinado para realização; isso é definido de acordo com o encaminhamento estabelecido durante as negociações com os coordenadores, gestores e/ou representantes de cada grupo ou organização social contatados. Tivemos projetos que foram acompanhados por apenas um ano; outros, porém, chegaram a ser acompanhados pelos alunos da disciplina por quatro anos.

Durante três anos, realizamos trabalhos de Comunicação Comunitária junto à Rádio Comunitária de Jataizinho/PR, cidade localizada na região metropolitana de Londrina. A experiência mais significativa resultou na criação de um programa regular, intitulado “Rádio Moleca”, veiculado na emissora comunitária semanalmente, sob a responsabilidade do Conselho Tutelar do município.

No Programa “Sinal Verde”, que integra a Política de Proteção Social Especial do município de Londrina, realizamos atividades durante os dois últimos anos da gestão do então prefeito Nedson Micheletti⁶. Produção radiofônica retratando a história de vida dos assistidos e organização de um vídeo institucional com as

⁶ Nedson Micheletti foi prefeito de Londrina durante dois mandatos: 2001-2004 e 2005-2008.

atividades oferecidas pelo programa fizeram parte dos objetivos encaminhados pelos grupos de estudantes que atuaram junto ao Sinal Verde.

No Centro de Atendimento Integrado à Criança (Caic) Dolly Jess Torresin, localizado no bairro Jardim União da Vitória, na região sul da cidade de Londrina, as atividades comunicativas desenvolvidas pela referida organização educacional foram acompanhadas pelos alunos da disciplina por quatro anos. O Caic possui uma infraestrutura de Comunicação bastante significativa e a participação dos alunos da disciplina Comunicação Comunitária junto à oficina de Comunicação (que é uma atividade regular oferecida em contraturno aos alunos do Caic) contribuiu para a efetivação de ações comunicativas desenvolvidas, principalmente, por meio da realização de oficinas de rádio e de produção impressa.

Desde 2012, atendendo a uma demanda apresentada pelo diretor da Escola Estadual Benedita Rosa Rezende, situada na região leste da cidade de Londrina, estamos organizando e acompanhando a produção comunicativa dos estudantes da escola, voltada para atender as suas próprias necessidades e interesses. E, recentemente, iniciamos contatos com representantes locais do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) para viabilizar a produção de materiais comunicativos voltados para atender às necessidades do movimento na região de Londrina.

Como se pode perceber, a forma de constituição dos projetos depende da própria realidade dos grupos sociais. Algumas atividades comunicativas encaminhadas pelos estudantes vinculados à disciplina atendem a projetos desenvolvidos no interior da própria organização; outros são propostos ou formulados pelos alunos para serem encampados pelas organizações; e há outros que acabam se constituindo como projetos de extensão universitária ou atendem aos seus objetivos.

Apesar de também se enfrentar várias dificuldades no encaminhamento das experiências em Comunicação Comunitária nestes grupos e organizações sociais, a continuidade que se estabeleceu no acompanhamento dos projetos em desenvolvimento tem garantido a possibilidade de avaliação e recondução das ações, com vistas

a proporcionar a efetiva consolidação de uma cultura política em Comunicação Comunitária nestes espaços e movimentos sociais.

Ao final de cada oferta da disciplina Comunicação Comunitária, verificamos, pela avaliação dos estudantes, que a realização das experiências práticas garante uma melhor compreensão dos pressupostos político-metodológicos da Comunicação Comunitária, bem como possibilitam vivenciar as dificuldades em se desenvolver uma prática comunicativa baseada nos princípios da participação na realização e gestão dos projetos em comunicação, bem como no comprometimento político dos alunos com os respectivos grupos sociais, com vistas à sua formação sociopolítica.

Considerações finais

Podemos afirmar que o espaço para discussão e aprofundamento teórico-metodológico da Comunicação Comunitária junto aos cursos de Jornalismo e de Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR) está definitivamente consolidado. Mais do que isso, a oferta de um curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária na referida universidade, em atividade há mais de dez anos e que é procurado por alunos formados nas mais diversas áreas do conhecimento, reforça ainda mais essa convicção.

Quanto à perspectiva desenvolvida na disciplina Comunicação Comunitária, de ser um espaço de formação sociopolítica e de intervenção social, consideramos se tratar de uma convicção inalienável que sustenta uma concepção de Universidade voltada para a formação humana e para a emancipação do sujeito social.

No que se refere às experiências empírico-práticas desenvolvidas no contexto da referida disciplina, consideramos que também se constituem como um importante momento no processo de formação sociopolítica dos estudantes e pretendemos, como tarefa a ser cumprida posteriormente, realizar uma ampla sistematização de tais práticas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 196 p.
- BENEVIDES, Maria Victória de M. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo, Ática, 1991. 208 p.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 236 p.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001. 205 p.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176 p.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. 80 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 244 p.
- MIANI, Rozinaldo A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011.
- MIANI, Rozinaldo A.; DELIBERADOR, Luzia Mitsue Y. Comunicação popular e comunitária: um campo em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 25. Salvador, set. 2002. Anais. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2002.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 205 p.
- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 133-148.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 342 p.

RODRIGUES, José dos Santos. **Os empresários e o ensino superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 98 p.

TONET, Ivo. Cidadão ou homem livre?. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf>. Acesso em: 13/fev./2012.

Rozinaldo Antonio Miani

Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo. Bacharel em História. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professor do Departamento e do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq).

Recebido: 17.06.2013

Aceito: 30.11.2013